



Produto F
Plano de Execução
São Bento do Trairí – RN

Setembro / 2020





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ - RN

Prefeito

José Aracleide de Araújo

Vice Prefeito

Erickson Kleber Dantas

Comitê de Coordenação

Rafael dos Santos Matias - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

Márcia Cristina de Sousa Araújo - Secretaria Municipal de Assistência Social;

Maria Gorete Dias - Conselho Tutelar;

Janiedson Ferreira da Silva - Secretaria Municipal de Obras;

José Jadson dos Santos Silva – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo, Recursos

Hídricos e Turismo;

Marcelo Maciel Pereira Soares - Secretaria Municipal de Educação;

Antônio José dos Santos - Secretaria Municipal da Saúde;

Juvelino Ferreira Da Silva - Câmara Municipal.

Comitê de Executivo

Maria do Socorro Soares dos Santos - Secretaria Municipal de Saúde;

Jesimiel de Almeida Dantas - Secretaria de Administração;

José Roberto Munis Cunha - Secretaria Municipal de Obras;

Silvia Fernandes Marinho - Secretaria Municipal de Assistência Social.



Equipe de Apoio Técnico – UFRN

Coordenação Geral:

Dr. Aldo Dantas
Geógrafo

Apoio Técnico Geral:

MSc. Elaine Lima
Administradora

Gilbrando Trajano
Junior
Engenheiro Ambiental

Joselito da Silveira
Junior
Geógrafo

MSc. Lucas Costa
Geógrafo

Dr. Pablo Ruyz Aranha
Geógrafo

Dr. Paulo Cunha
Engenheiro Civil

Thiago Simonetti
Graduando em
Geografia

**Equipe de apoio
técnico direto do Plano de
Execução:**

Bárbara Hillary de
Almeida Pinto
Engenheira Civil

MSc. Giovana Cristina
Santos de Medeiros
Engenheira Ambiental

Hanna Camila de Barros
Câmara
Engenheira Civil

Maiara de Lemos Câmara
Engenheira Civil

Isabele Accioly Pedrosa
Lima
Graduanda de Engenharia
Ambiental



Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – NICT/FUNASA/SUEST/RN:

Membros Titulares:

1. Diógenes Santos de Sena – Matrícula Siape nº 1781456 – Coordenador
2. Ana Tereza Barreto Torres - Matrícula Siape nº 509960 – Coordenadora Substituta

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande no Norte (SUEST – RN)
Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, 1402, Tirol – Natal/RN CEP: 59015-350
Telefones: (084) 3220-4745 / 3220-4746 / 3220-4748

<http://www.funasa.gov.br/site/>



APRESENTAÇÃO

Este relatório constitui-se no Produto F – Plano de Execução, o qual contempla estimativas de custos e principais fontes de recursos que poderão ser utilizadas para a implantação dos programas, projetos e ações definidas no Produto E, assim como os responsáveis pela operacionalização destas.

Para alcançar a universalização dos serviços de saneamento básico é necessário planejar de forma viável o cumprimento dos programas, projetos e ações em consonância com as diretrizes da Lei Federal nº 14.026/2020, sistematizando a ampliação progressiva ao acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico, garantindo que as condições de sustentabilidade e de equilíbrio econômico-financeiro, em regime de eficiência, sejam requisitos de validade à prestação desses serviços.

O cronograma de implantação dos programas, projetos e ações considera metas a serem cumpridas em distintos horizontes temporais, a saber:

- Imediatos ou emergenciais – até 3 anos;
- Curto prazo – entre 4 e 8 anos;
- Médio prazo – entre 9 e 12 anos;
- Longo prazo – entre 13 e 20 anos.

Considerou-se os resultados obtidos com a participação social na priorização dos programas, projetos e ações, para estabelecimento do cronograma físico e financeiro do PMSB, convergindo os anseios dos munícipes e as soluções técnicas estudadas, em prol da contabilização do crescimento econômico, da sustentabilidade ambiental, da prestação dos serviços e a equidade social no município.

Ressalta-se que as atividades de participação social foram realizadas de maneira remota em face do contexto relacionado à pandemia por COVID-19 para dar celeridade ao processo de participação pública, bem como atender aos protocolos de saúde.



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	PLANO DE EXECUÇÃO	11
2.1	CAMINHO PARA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES	11
2.2	PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA A IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES	13
2.3	CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE EXECUÇÃO.....	24
2.4	PLANO DE EMERGÊNCIA E CONTIGÊNCIA.....	48
	REFERÊNCIAS	57



LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Principais Fontes de Financiamento para implantação dos Programas Projetos e Ações.	17
Tabela 2.2 – Objetivos, metas de promoção do saneamento básico e responsáveis pela gestão e implementação no PPA Nacional 2020-2023.	21
Tabela 2.3 - Objetivos, metas de promoção do saneamento básico e responsáveis pela gestão e implementação no PPA Estadual do Rio Grande do Norte 2020-2023.	22
Tabela 2.4 – Plano de Execução do Programa de Gestão e Ações Estruturantes (PGAE) e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	26
Tabela 2.5 – Plano de Execução do Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB) do sistema de abastecimento de água nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	30
Tabela 2.6 – Plano de Execução do Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ) do sistema de abastecimento de água nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	32
Tabela 2.7 – Plano de Execução do Programa Organizacional Gerencial (POG) do sistema de abastecimento de água nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	34
Tabela 2.8 – Plano de Execução do Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB) do sistema de esgotamento sanitário nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	35
Tabela 2.9 – Plano de Execução do Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ) do sistema de esgotamento sanitário nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	36
Tabela 2.10 – Plano de Execução do Programa Organizacional Gerencial (POG) do sistema de esgotamento sanitário nas zonas urbana, rural e litorânea, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	39
Tabela 2.11 – Plano de Execução do Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB) do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais nas zonas urbana, rural e litorânea, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	40
Tabela 2.12 – Plano de Execução do Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ) do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais nas zonas urbana, rural e litorânea, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	41



Tabela 2.13 – Plano de Execução do Programa Organizacional Gerencial (POG) do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais nas zonas urbana, rural e litorânea, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.....	42
Tabela 2.14 – Plano de Execução do Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB) do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.	43
Tabela 2.15 – Plano de Execução do Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ) do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.....	44
Tabela 2.16 – Plano de Execução do Programa Organizacional Gerencial (POG) do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.....	47
Tabela 2.17 – Principais eventos que possam desencadear situações de emergência e contingência para o sistema de abastecimento de água.....	50
Tabela 2.18 – Principais eventos que possam desencadear situações de emergência e contingência para o sistema de esgotamento sanitário e suas respectivas ações.....	51
Tabela 2.19 – Principais eventos que possam desencadear situações de emergência e contingência para o sistema de drenagem de águas pluviais.....	53
Tabela 2.20 – Principais eventos que possam desencadear situações de emergência e contingência para o sistema de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos.....	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Fluxograma do caminho para execução de todos os programas, projetos e ações.	13
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----



LISTAS DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico do município

PPA – Plano Plurianual

PPP – Parcerias Público-privadas



1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de São Bento do Trairí é a ferramenta essencial para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, com isso, a qualidade de vida da sua população. Dessa forma, o principal objetivo a ser perseguido pela administração municipal – titular dos serviços de saneamento – é a universalização do acesso a esses serviços, com quantidade, qualidade e regularidade.

Para orientar o processo de planejamento integrado dos quatro componentes do saneamento básico, faz-se necessária a análise das informações levantadas na fase de diagnóstico e prognóstico, articulando-as às atuais políticas, programas e projetos de saneamento básico e de setores correlacionados (saúde, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, educação e outros) municipais, regionais, estaduais e federais, para alcançar os objetivos que compatibilizem com o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a equidade social dos municípios.

Para tanto, o presente relatório constitui-se no Produto F – Plano de Execução, o qual tem por objetivo de estimar os custos e identificar as principais fontes de recursos que poderão ser utilizadas para a implantação dos programas, projetos e ações definidas no Produto E, assim como os responsáveis pela operacionalização destas.



2. PLANO DE EXECUÇÃO

O Plano de Execução apresenta-se como importante ferramenta do planejamento, para traçar os caminhos a serem percorridos para alcance dos objetivos e metas estabelecidos, norteados pelos princípios e diretrizes da Lei Nacional de Saneamento Básico e adequados as demandas e necessidades estabelecidas em âmbito local, e transcritos a partir dos Programas, Projetos e Ações.

Após o delineamento no Produto E que apresenta os Programas, Projetos e Ações que foram estabelecidos para promover medidas estruturantes institucional e normativas para dar respaldo as ações estruturais propostas, universalização dos serviços de saneamento básico, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, melhorias operacionais e dos sistemas existentes, bem como, organizacional e gerencial para a prestação dos serviços dos quatro componentes do saneamento básico, e, considerando o cronograma identificado para consolidação de cada ação, é necessário agora estabelecer referência estimada de custo para concretização das ações planejadas, e fontes possíveis para suprimento dos recursos a serem investidos.

Deste modo, este Plano de Execução considerará o caminho para execução dos programas, projetos e ações, as fontes de recursos passíveis de serem utilizadas, a estimativa de custo para as ações planejadas, dentro do cronograma estabelecido e os atores responsáveis pela execução das ações.

2.1 CAMINHO PARA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Para o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos, é necessário compreender as opções realizadas para gestão da prestação dos serviços (direta, concessão, etc.) dos quatro componentes do saneamento básico, identificando os atores envolvidos, suas responsabilidades estabelecidas e as possíveis fontes de investimentos. É necessário, ainda, ponderar sobre a necessidade de se buscar recursos junto às esferas Estadual, Federal e Internacional, com o objetivo de viabilizar a concretização das ações previstas, de forma gradativa em prol do equilíbrio das necessidades com a viabilidade dentro da condição econômico-financeira do município.

É importante ressaltar a necessidade de compatibilidade do Plano Municipal de Saneamento Básico com os demais planos do município que permeiam ações em prol da universalização do acesso ao saneamento básico, bem como a articulação com as políticas de desenvolvimento, visando a promoção da saúde, o bem-estar da população, a utilização



sustentável dos recursos hídricos, a proteção do meio ambiente e o combate à pobreza, considerando deste modo, as políticas públicas para a área de saneamento, proteção do meio ambiente, fiscalização, habitação e proteção e promoção da saúde.

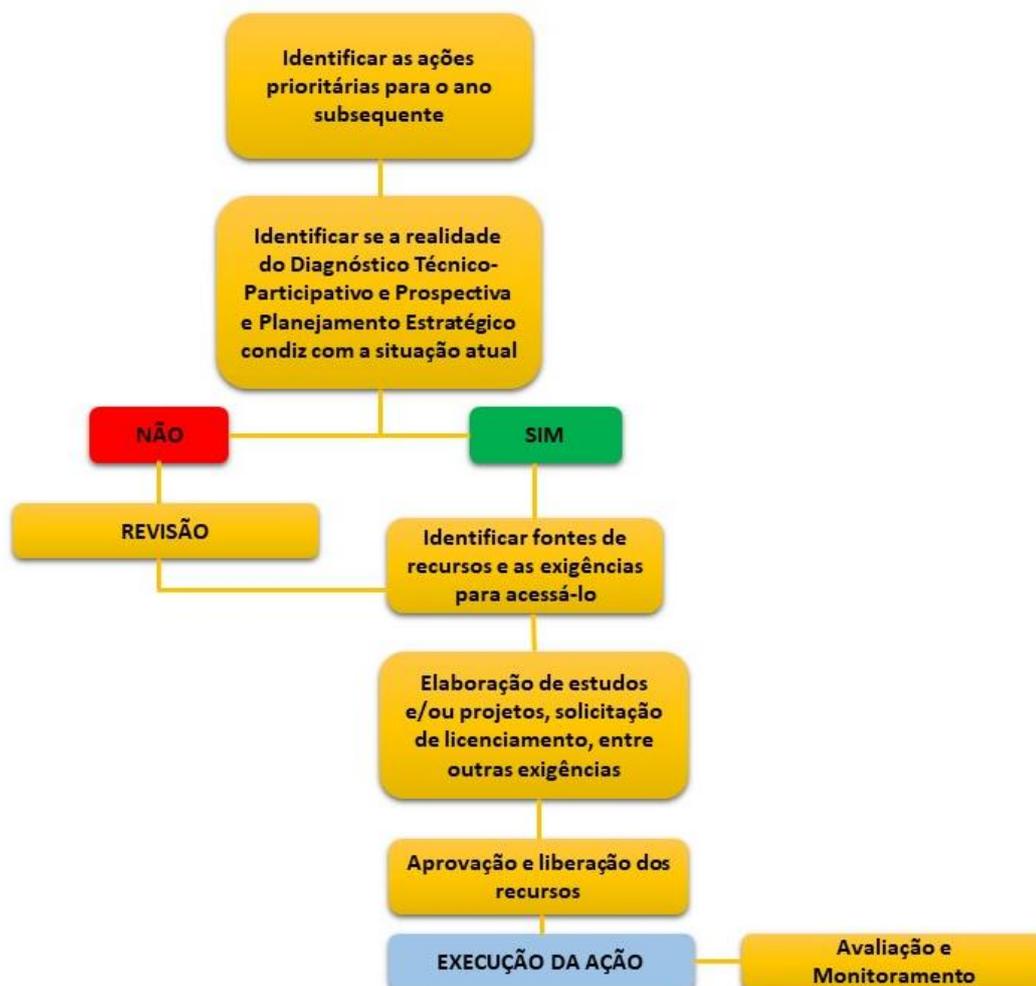
O Plano Plurianual (PPA) do município foi considerado neste planejamento, de modo a se observar no contexto atual as políticas orçamentárias dedicadas ao saneamento básico, ou com vistas à promoção da salubridade ambiental e saúde pública. Observou-se, portanto, a necessidade de implementação de novas ações e metas no PPA do governo municipal, as quais serão introduzidas em conformidade com os resultados obtidos no planejamento realizado neste PMSB.

Deve ser ressaltado que todo e qualquer planejamento é dinâmico, uma vez que pode sofrer pressões em função da mutação das políticas governamentais, ou ainda, de fortes impactos na economia. Por este motivo, este PMSB precisa ser revisado e adaptado às novas condições, no máximo a cada 04 anos, revisão tal, que necessita anteceder a elaboração do Plano Plurianual - PPA do governo municipal.

Outra consideração importante, é a necessidade de contemplação deste PMSB no momento da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município, de modo a promover a inserção de previsão dos investimentos necessários para a implementação das ações previstas para promoção do avanço nas melhorias para a área do saneamento básico, uma vez que as previsões realizadas no PMSB, por si só, não asseguram a eficácia e eficiência das ações, necessitando de medidas efetivas de implementação para galgar bons resultados.

Assim, de maneira geral, o município necessita considerar os passos identificados na **Figura 2.1**, a qual apresenta o delineamento do caminho para execução de todos os programas, projetos e ações.

Figura 2.1 - Fluxograma do caminho para execução de todos os programas, projetos e ações.



Fonte: Equipe de apoio técnico UFRN, 2018.

2.2 PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO PARA A IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Considerando a necessidade de garantir a viabilidade econômico-financeira dos serviços de saneamento básico, e de fornecer subsídios para a concretização do planejamento estratégico realizado no PMSB, buscou-se neste capítulo o levantamento de fontes para captação de recursos externos, através de programas de âmbito internacional, federal e estadual.

Vale ressaltar primeiramente, as formas de financiamento dos serviços públicos de saneamento básico possíveis, as quais podem advir de cobrança direta dos usuários, através de taxa ou tarifa, por subsídios tarifários, pelo proprietário do imóvel urbano, por financiamentos e operações de crédito (fundos e bancos), por Concessões e Parcerias Público-privadas (PPP),



ou ainda por recursos do Orçamento Geral da União e de Orçamentos Estaduais, e até recursos internacionais para financiamento de investimentos na área.

A principal fonte de financiamento dos serviços de saneamento básico deve ser através de cobrança direta dos usuários, considerando o que preconiza a Lei Nacional de Saneamento Básico, que prioriza a importância de promoção da sustentabilidade econômico-financeira dos sistemas. Isto porque, considera que uma política tarifária bem formulada pode ser suficiente para financiar os serviços e alavancar seus investimentos, o que no médio ou longo prazo, tornar o sistema independer de empréstimos, se esta política prever a constituição de fundo próprio de investimento.

Uma outra modalidade de financiamento dos investimentos importante, é voltada para o proprietário do imóvel urbano, na qual transfere-se para o loteador/empreendedor a responsabilidade pela implantação das infraestruturas de saneamento – basicamente redes e ligações e, em certos casos, unidades de produção/tratamento.

Nos casos em que os serviços forem prestados para vários municípios sob uma mesma gestão, como por Companhias Estaduais de Saneamento e Consórcios Públicos de Municípios por exemplo, ou por fundos especiais de âmbito regional ou estadual (Regiões Metropolitanas), com contribuição obrigatória, é possível considerar investimentos por meio de subsídios tarifários. Sendo possível ainda, quando a gestão do Serviço de Saneamento Básico é Municipal, essa forma de investimento acontecer, proveniente de subsídios tarifários entre diferentes tipos de serviços (Tarifa dos serviços de água subsidiando a implantação dos serviços de esgoto, tarifa dos serviços de água e esgoto subsidiando os serviços de manejo de resíduos sólidos e/ou de águas pluviais, por exemplo), ou ainda, entre diferentes categorias ou grupos de usuários (tarifas dos usuários industriais subsidiando os usuários residenciais, ou tarifas de usuários de renda maior subsidiando usuários mais pobres).

Contudo, observando o cenário nacional, o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) considerou como forma predominante de financiamento dos investimentos nos serviços de saneamento, no âmbito das Companhias Estaduais, o uso de financiamentos e operações de crédito (fundos e bancos), com recursos do FGTS. Estes financiamentos foram retomados, contando, desde então, com participação de recursos do FAT/BNDES, que financia também concessionárias privadas.

Outra forma de viabilizar a promoção do avanço em prol da universalização dos serviços de saneamento básico, que vem sendo amplamente discutida, é a concessão dos serviços às Companhias Estaduais ou até a empresas privadas. Nesta segunda modalidade se estruturam as



Parcerias Público-privadas nas quais os serviços públicos são concedidos a entes privados, no qual o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública ou à comunidade uma certa utilidade mensurável mediante a operação e manutenção de uma obra por ele previamente projetada, financiada e construída. Contudo, em contrapartida, uma remuneração periódica é paga pelo Estado, e vinculada ao seu desempenho no período de referência através de indicadores de avaliação.

Devem ser considerados pelos municípios ainda, os recursos advindos do Orçamento Geral da União e de Orçamentos Estaduais, os quais por serem não onerosos, estão sujeitos a contingenciamento, dificultando a liberação para fins de convênios. No que tange os recursos da União, esses podem ser acessados pelos municípios via emenda parlamentar ou atendimento de editais de carta consulta dos Ministérios. Já em relação aos Estados, os recursos dependem dos valores orçados nos respectivos programas orçamentários e estão atrelados às condições financeiras dos mesmos.

Não podem deixar de serem consideradas ainda, as oportunidades de financiamentos internacionais, disponíveis para a área de saneamento básico, que podem ser galgadas mediante compatibilidade dos requisitos estabelecidos pela entidade financiadora e os objetivos e metas planejadas pelo município.

É importante ainda, expor a divisão de competências estabelecidas no âmbito nacional, as quais se estabelecem em primeiro lugar a partir do porte populacional do município, sendo aqueles Municípios com população de até 50 mil habitantes, não integrantes de Regiões metropolitanas, e áreas especiais (quilombolas, assentamentos rurais, áreas endêmicas, aldeias indígenas), tem atuação prioritária de programas provenientes da FUNASA, realidade que reflete a condição do Município de São Bento do Trairí. Os municípios com mais de 50 mil habitantes, são de responsabilidade prioritária do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Cabe ressaltar que o Ministério do Desenvolvimento Regional é responsável por programas de drenagem pluvial, infraestrutura hídrica e ainda de outras infraestruturas de escala multimunicipal. Enquanto, o Ministério do Meio Ambiente tem como responsabilidade atuar nos programas relacionados a resíduos sólidos, esgotamento sanitário e a revitalização de bacias.

A seguir, são apresentadas diversas fontes de financiamento levantadas para facilitar a construção do delineamento deste Plano de Execução e em vistas de auxiliar a gestão municipal na tarefa de concretizar as ações previstas. Foi contemplado também os objetivos e metas previstos nos PPA Nacional e do Estado do Rio Grande do Norte, os quais indicam, para os



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB **Plano de Execução**



anos de 2020 a 2023, as metas previstas para apoiar os municípios na promoção do saneamento básico, apresentando os responsáveis por gerenciar e implementar o cumprimento destas metas, sendo, portanto, uma importante informação norteadora para o planejamento dos gestores municipal com vistas a concretizar as ações planejadas no PMSB.

Deve-se, contudo, expressar que as opções apresentadas não esgotam as possibilidades existentes, precisando sempre permanecer em alerta para as oportunidades de financiamento disponibilizadas no período de execução das ações no horizonte de planejamento.

Tabela 2.1 – Principais Fontes de Financiamento para implantação dos Programas Projetos e Ações.

Esfera	Fonte dos Recursos/Órgão responsável	Área de atuação	Programa	Objetivos	Requisitos	Beneficiários
Internacional	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD ¹	Água e saneamento, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural e Gestão de Recursos Naturais	Linhas de financiamento	Ajudar o Brasil a garantir o crescimento sustentável de longo prazo, proporcionando oportunidades de desenvolvimento para a população nacional	-	Municípios
		Saneamento e Saúde	Projeto Integrado de Gerenciamento de água e saúde	(i) aumentar o acesso a água limpa, saneamento e cuidados de saúde básicos em pelo menos 10 municípios selecionados mais afetados por doenças intestinais infecciosas (IDD) e (ii) melhorar cuidados de saúde neonatal em 25 hospitais selecionados usando um indicador de qualidade e eficiência de Barema	-	Municípios
	Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID ²	Água e saneamento, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural e Educação	Linhas de financiamento	Questões como a cooperação e integração regional, o respeito pela biodiversidade e os esforços para reduzir as desigualdades econômicas regionais, com maior ênfase no Nordeste e Norte	-	Federação, Estado e Municípios

Fonte: Adaptado Equipe de apoio técnico UFRN, 2017.

¹ <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>

² <http://www.iadb.org/en/countries/brazil/brazil-and-the-idb,1002.html>



Tabela 2.1 – (Continuação) Principais Fontes de Financiamento para implantação dos Programas Projetos e Ações.

Esfera	Fonte dos Recursos/Órgão responsável	Área de atuação	Programa	Objetivos	Requisitos	Beneficiários
Nacional	Caixa Econômica Federal/ Ministério do Meio Ambiente ³	Resíduos Sólidos	Programa Brasil Joga Limpo	Viabilizar projetos no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente	Critérios e deliberações do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	Municípios
	Caixa Econômica Federal ⁴	Drenagem Urbana	Programa Drenagem Urbana Sustentável	Promover, em articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, a gestão sustentável da drenagem urbana com ações estruturais e não-estruturais dirigidas à recuperação de áreas úmidas, à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes urbanas e ribeirinhas, além de outras atividades.	Encaminhar Plano de Trabalho à Caixa na forma constante da Portaria nº 82, de 25.02.2005, que anualmente estabelece as condições de contratação no exercício.	Municípios
	Caixa Econômica Federal	Saneamento Básico	Programa Saneamento Para Todos	Promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população urbana e rural, por meio de investimentos em saneamento, integrados e articulados com outras políticas setoriais, atuando com base em sistemas operados por prestadores públicos, por meio de ações e empreendimentos destinados à universalização e à melhoria dos serviços públicos de saneamento básico.	Adotar soluções técnicas que objetivem ganhos de eficiência e contribuam para a sua sustentabilidade econômica e soluções de gestão que promovam serviços eficazes e incorporem o controle social e a participação da sociedade.	Municípios

Fonte: Adaptado Equipe de apoio técnico UFRN, 2020.

³ <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/meio-ambiente-saneamento/brasil-joga-limpo/Paginas/default.aspx>

⁴ http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repasses/drenagem_urbana_sustentavel/index.asp

Tabela 2.1 – (Continuação) Principais Fontes de Financiamento para implantação dos Programas Projetos e Ações.

Esfera	Fonte dos Recursos/Órgão responsável	Área de atuação	Programa	Objetivos	Requisitos	Beneficiários
Nacional	Ministério do Desenvolvimento Social / Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional ⁵	Abastecimento de Água	Cisternas	Oferecer à população do Semiárido o acesso a tecnologias sociais de captação de água da chuva	Famílias que não disponham de fonte de água ou de meio adequado para armazená-la. A família deve ter renda de até meio salário mínimo mensal por pessoa ou renda total de até três salários mínimos mensais. São priorizadas aquelas famílias que estão dentro dos critérios do Programa Bolsa Família (PBF).	Famílias de baixa renda da zona rural de municípios do Semiárido brasileiro
	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ⁶	Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos	Linhas de financiamento	Universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e a recuperação de áreas ambientalmente degradadas	Os custos financeiros são indexados pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, agregando a remuneração do BNDES (0,9% a.a.), acrescidos pela taxa de risco de crédito, que para a administração direta dos municípios é de 1% a.a.	Municípios, consórcios ou iniciativa privada
	Fundação Nacional de Saúde ⁷	Saneamento Básico	Programa Saneamento Básico	Desenvolvimento de ações e propostas que contemplem sistemas integrados de saneamento ambiental, prevendo desde a captação de água até a solução adequada para a destinação final dos dejetos, assim como iniciativas	Municípios de até 50.000 habitantes	Municípios de até 50.000 habitantes

⁵ <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programas-cisternas>

⁶ <https://www.bndes.gov.br/>

⁷ <http://www.funasa.gov.br/web/guest/saneamento-para-promocao-da-saude>



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB Plano de Execução



Esfera	Fonte dos Recursos/Órgão responsável	Área de atuação	Programa	Objetivos	Requisitos	Beneficiários
				voltadas para a educação em saúde e mobilização social.		
	Agência Nacional de Água ⁸	Recursos Hídricos	Programa Nacional de despoluição de bacias hidrográficas	Reduzir níveis críticos de poluição hídrica e implantação de sistemas de gerenciamento de Recursos Hídricos nestas áreas, mediante a constituição de Comitês de Bacia Hidrográfica	-	Titulares dos serviços de esgotamento sanitário, os prestadores de serviços e os concessionários legalmente habilitados
Nacional	Agência Nacional de Água	Recursos Hídricos	Programa de gestão de recursos hídricos	Recuperação e preservação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos das bacias hidrográficas	-	Titulares dos serviços de esgotamento sanitário, os prestadores de serviços e os concessionários legalmente habilitados
	Ministério da Integração Nacional / Secretaria Nacional de Defesa Civil ⁹	Drenagem, Áreas de Risco, Minimização da Seca	Convênios de apoio aos municípios	Prevenção de desastres, tratada por meio de convênios (transferência voluntária); e resposta a desastres e reconstrução, abordada por metodologia especial de repasse (transferência obrigatória).	-	Municípios

Fonte: Adaptado Equipe de apoio técnico UFRN, 2020.

⁸ <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/programas-e-projetos/prodes>

⁹ <http://www.mi.gov.br/defesacivil>



Tabela 2.2 – Objetivos, metas de promoção do saneamento básico e responsáveis pela gestão e implementação no PPA Nacional 2020-2023.

Esfera	Fonte dos Recursos/Órgão responsável	Área de atuação	Identificação	Objetivos	Metas/Responsável	Beneficiários
Nacional	PPA Nacional 2020-2023 ¹⁰	Saneamento Básico	1189	Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico	- Elevar de 56.30% para 80,0% o Índice de Atendimento Adequado em Saneamento Básico. (Ministério do Desenvolvimento Regional)	Municípios
		Qualidade Ambiental Urbana	1226	Promover a melhoria da qualidade ambiental urbana, com ênfase nos temas prioritários: combate ao lixo no mar, gestão de resíduos sólidos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas, e áreas contaminadas.	Realizar ações para a melhoria da qualidade ambiental urbana em 27 unidades da federação, de forma a contemplar pelo menos uma ação de um dos temas prioritários do programa Qualidade Ambiental Urbana (combate ao lixo no mar, gestão de resíduos sólidos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas, e áreas contaminadas) em cada unidade. (Ministério do Meio Ambiente)	Municípios
		Prevenção de riscos	1201	Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres.	- Ampliar de 2,68 para 3,31 a capacidade dos municípios, buscando a preparação frente aos riscos e a resposta aos desastres. (Ministério do Desenvolvimento Regional)	Municípios

Fonte: Adaptado Equipe de apoio técnico UFRN, 2020.

¹⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/Anexos/Anl13971.pdf.

Tabela 2.3 - Objetivos, metas de promoção do saneamento básico e responsáveis pela gestão e implementação no PPA Estadual do Rio Grande do Norte 2020-2023.

Esfera	Fonte dos Recursos/ Órgão responsável	Área de atuação	Identificação	Objetivos	Metas/Responsável	Beneficiários
Estadual	PPA Estadual 2020-2023	Drenagem	0167	Apoiar e incentivar a implantação de pavimentação de vias e de sistemas de drenagem em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Norte	- Construir e pavimentar vias municipais do RN; - Construir 160 km de rede de drenagem de águas pluviais. (Secretaria de Estado da Infraestrutura)	Municípios
		Saneamento Básico	0112	Apoiar os municípios no atendimento às Políticas de saneamento básico visando a Política Estadual de Saneamento Básico de forma a nortear os municípios na elaboração e implementação dos planos de forma integrada aos setores de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais.	- Elaborar política estadual de resíduos Sólidos; - Implantar Ações de Saneamento Básico; - Implantar aterros sanitários das regiões Seridó e Alto Oeste. (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos)	Municípios
		Abastecimento de água	0126	Implantar e ampliar sistema de abastecimento de água	- Ampliar sistemas de abastecimento de água no RN; - Desenvolver 01 projeto para sistema de abastecimento de água no RN; - Implantar 07 sistemas de abastecimento de água no RN. (Companhia de Águas e Esgotos do RN)	Municípios
		Esgotamento sanitário	0127	Implantar e ampliar sistemas de esgotamento sanitário.	- Ampliar 08 sistemas de esgotamento sanitário no RN (Terras Potiguaras, Agreste Litoral Sul, Seridó); - Implantar 01 sistema de esgotamento sanitário no RN (Potengi). (Companhia de Águas e Esgotos do RN)	



Tabela 2.3 - Objetivos, metas de promoção do saneamento básico e responsáveis pela gestão e implementação no PPA Estadual do Rio Grande do Norte 2020-2023.

Esfera	Fonte dos Recursos/ Órgão responsável	Área de atuação	Identificação	Objetivos	Metas/Responsável	Beneficiários
Estadual	PPA Estadual 2020-2023	Regulação	0042	Promover a fiscalização contribuindo para a melhoria da prestação dos Serviços Públicos, no âmbito da Regulação do saneamento básico, energias, gás canalizado e tarifas aplicadas aos consumidores.	<ul style="list-style-type: none">- Promover fiscalizações anuais por município, no âmbito comercial e operacional;- Publicar a resolução da revisão tarifária para os municípios do RN conveniados até julho de 2020;- Realizar a revisão tarifária dos municípios do RN conveniados até o final do ano de 2020. (Agência Reguladora de Serviços Públicos)	
		Educação ambiental	0104	Fortalecer ações educativas para gestão sustentável do uso e reuso das águas superficiais e subterrâneas	<ul style="list-style-type: none">- Formar pessoal para preparação das novas gerações para avanços nos cuidados e utilizações das águas na perspectiva da garantia da segurança hídrica. Realizar o processo de cuidados com os resíduos sólidos assim como destinação adequada dos mesmos para manutenção dos recursos hídricos estaduais;- Programa de estrutura hídrica para o Rio Grande do Norte: primeira e segunda água. Fortalecimento das tecnologias sociais de convivência com o semiárido de acesso à água juntamente com os CBH. (Instituto de Gestão das Águas do RN)	

Fonte: Adaptado Equipe de apoio técnico UFRN, 2020.



2.3 CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE EXECUÇÃO

Para melhor sistematização das informações primordiais para execução do PMSB de São Bento do Trairí a consolidação do Plano de Execução foi estruturada na forma de uma planilha a qual contempla o cronograma físico-financeiro para concretização dos Programas, Projetos e Ações determinados a partir do levantamento das necessidades e prioridades de forma técnica e participativa.

Além do cronograma físico-financeiro, são indicados os responsáveis pela execução das ações e possíveis fontes de financiamento ou origem de recursos para apoiar na concretização das ações previstas no planejamento.

É importante salientar que algumas das metas e ações, independem de grandes intervenções que demandem recursos adicionais. Nestes casos, é possível implementação com uso dos recursos disponíveis no município ou seus órgãos.

Os valores apresentados para concretizar os Programas, Projetos e Ações, foram estimados utilizando a premissa de atender a população projetada para o horizonte de planejamento de 20 anos, sendo os valores unitários de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário extraídos de tabelas de referências de custos para cada tipo de serviços, constante da Nota Técnica SNSA nº 492/2010, Resumo 01/2011, do Ministério das Cidades, com preço base de 2008, e atualizados para julho/2019 através da correção de valor por índice, utilizando como base o Índice Nacional de Custo da Construção Civil da Fundação Getúlio Vargas. O valor adotado foi igual a R\$ 1,88, que representa o valor equivalente ao período de julho de 2019 em reais de R\$ 1,00 no período de 31 de dezembro de 2008.

É importante salientar que os valores calculados para os anos do horizonte de planejamento contam com os valores corrigidos para julho de 2019, necessitando de análises posteriores de acordo com o período de revisão do plano.

Deste modo, ressalta-se que a estimativa de custos aqui apresentada teve como finalidade a obtenção de uma ordem de grandeza dos investimentos necessários a serem aplicados aos projetos propostos, não se concretizando em orçamento detalhado das componentes dos projetos. Adverte-se ainda, que os recursos estimados neste PMSB não estarão contemplados previamente no orçamento municipal, mas, deverão ser refletidos no PPA municipal a partir de então, sendo possível ainda, como apresentado no tópico anterior, utilizar-se de outras fontes de recursos possíveis, programas do governo federal, estadual, emendas parlamentares, recursos privados, entre outros.



Com isso, destaca-se que as ações realizadas pelo município deverão ser previamente planejadas e orçadas, para que sejam avaliados os percursos a serem delineados para obtenção dos recursos com vistas a sua concretização.

Cabe observar que as ações que serão passíveis de realização com infraestrutura e recursos disponíveis previamente na Prefeitura Municipal ou na empresa concessionária dos serviços, não foram orçadas, tendo em vistas a não geração de custos institucionais.

Foram estimados tanto os custos de responsabilidade da Prefeitura Municipal como os da Concessionária. Os custos de responsabilidade compartilhada serão negociados entre as partes para definição do que será assumido por cada um.



Tabela 2.4 – Plano de Execução do Programa de Gestão e Ações Estruturantes (PGAE) e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Saneamento Básico	Programa de Gestão e Ações Estruturantes (PGAE)	01. Adequação Jurídico-institucional e administrativa	1. Compatibilizar o Plano Municipal de Saneamento e seus itens com o Plano Plurianual municipal;					Câmara Municipal	Prefeitura
			2. Reformular a Lei Orgânica municipal;					Câmara Municipal	Prefeitura
			3. Criar Lei de Uso e Ocupação do Solo;					Câmara Municipal	Prefeitura
			4. Criar Código de Obras e Edificações;					Câmara Municipal	Prefeitura
			5. Criar Código Sanitário;					Câmara Municipal	Prefeitura
			6. Criar Código de Meio Ambiente;					Câmara Municipal	Prefeitura
			7. Criar Plano de Contingência;					Câmara Municipal	Prefeitura
			8. Criar Plano Diretor;					Câmara Municipal	Prefeitura
			9. Reformular Lei da Política Municipal de Saneamento Básico;					Câmara Municipal	Prefeitura
			10. Criar Lei de Parcelamento do Solo Urbano;					Câmara Municipal	Prefeitura
			11. Criar Lei Tributária;					Câmara Municipal	Prefeitura
			12. Criar Plano de Gestão Ambiental;					Câmara Municipal	Prefeitura
			13. Estabelecer Contrato de Programa com a Concessionária;					Câmara Municipal	Prefeitura
			14. Criar Política de Educação Sanitária.					Câmara Municipal	Prefeitura



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB
Plano de Execução



			15. Criar Lei de Regulamentação dos Grandes e Pequenos Geradores de Resíduos Sólidos;					Câmara Municipal	Prefeitura
			16. Criar Lei de Regulamentação da Logística Reversa.					Câmara Municipal	Prefeitura
			Custo estimado do Projeto						
		02. Educação Ambiental e Sanitária	1. Promover campanhas de educação ambiental relacionadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			2. Realizar campanhas sobre o uso racional da água.					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			3. Incentivar a população a ligar-se adequadamente à rede de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			4. Promover campanhas incentivando a população da zona rural a implantar sistemas individuais de tratamento de esgoto doméstico e ensinar como implantá-los.					Prefeitura	Associações Comunitárias e Órgãos Governamentais
			5. Promover campanhas de sensibilização do manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana.					Prefeitura	Sociedade Civil
			6. Realizar campanhas, através de folders e cartazes, expondo a maneira correta de separação e destinação do resíduo e as consequências do manejo incorreto dos mesmos.					Prefeitura	Sociedade Civil
			7. Conscientizar sobre as consequências do aumento de área impermeabilizada.					Prefeitura	Sociedade Civil
			8. Ampliar o conhecimento do manejo e funcionamento da limpeza pública e drenagem urbana.					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			9. Ensinar à comunidade quanto às práticas sustentáveis para proteger e conservar o meio ambiente; minimizar os casos de agressão ao meio ambiente; obter auxílio dos próprios habitantes nas questões de preservação e conservação ambientais; garantir que desde cedo as crianças criem a consciência do desenvolvimento sustentável.					Prefeitura	Sociedade Civil
			10. Incentivar a população na redução de geração de resíduos.					Prefeitura	Sociedade Civil



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB
Plano de Execução



		11. Estimular a população a realizar o reuso das águas cinzas.						Prefeitura	Sociedade Civil
		Custo estimado do Projeto							
	03. Ações de Mobilização Social Continuada	1. Divulgar o Plano Municipal de Saneamento Básico e suas respectivas revisões.						Prefeitura	Sociedade Civil
		2. Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas relativos ao saneamento e suas implicações.						Prefeitura e Prestadora do Serviço	Sociedade Civil
		3. Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos hídricos.						Prefeitura	Prestadora de Serviço
		4. Estimular os diferentes atores sociais a participarem do processo de gestão ambiental.						Prefeitura	Prestadora de Serviço
		5. Viabilizar a abertura de canais de comunicação e informação que permita a inclusão social de todos os segmentos da sociedade.						Prefeitura	Sociedade Civil
		6. Estimular a discussão dos problemas relativos à geração e disposição dos resíduos sólidos.						Prefeitura	Sociedade Civil
		7. Promover semanas com atividades práticas voltadas ao trabalho de conscientização à preservação do meio ambiente, incluindo os quatro componentes do saneamento básico.						Prefeitura	Sociedade Civil
			Custo estimado do Projeto						
	04. Implantação do Sistema de Informação	1. Solicitar o acesso ao SIMISAB através do Ministério do Desenvolvimento Regional;						Prefeitura	FUNASA
		2. Alimentar o banco de dados, tanto do Sistema Nacional e Informações sobre Saneamento (SNIS) quanto do SIMISAB.						Prefeitura	Prestadora de Serviço
		3. Realizar o monitoramento de indicadores.						Prefeitura	Prestadora de Serviço
		4. Avaliar os indicadores em relação às metas propostas.						Sociedade Civil	Prefeitura
		5. Planejar e executar as ações corretivas.						Prefeitura	Prestadora de Serviço
			Custo estimado do Projeto						
	05. Regulação e Fiscalização	1. Implantar a agência reguladora dos serviços de saneamento básico.						Prefeitura	Órgãos Governamentais



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB
Plano de Execução



		2. Promover a revisão e adequação de contratos de serviços públicos de saneamento básico.						Prefeitura	Câmara Municipal
		3. Fiscalizar os contratos novos e existentes, relacionados aos serviços de saneamento básico.						Prefeitura	Câmara Municipal
		4. Adequar e atualizar a legislação existente;						Prefeitura	Câmara Municipal
		5. Criação da legislação corresponde aos quatro componentes do saneamento básico e uso e ocupação do solo;						Prefeitura	Câmara Municipal
		6. Fiscalizar e monitorar o cumprimento da legislação.						Órgãos Governamentais	Câmara Municipal
		Custo estimado do Projeto							
	06. Priorização de melhorias para áreas especiais	1. Identificar e acompanhar as fontes de recursos.						Prefeitura	Câmara Municipal
		2. Atender às necessidades especificadas nos editais.						Prefeitura	Câmara Municipal
		3. Manter atualizado o cadastro das áreas especiais.						Prefeitura	Câmara Municipal
		Custo estimado do Projeto							
		Custo estimado do Programa							

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.

Tabela 2.5 – Plano de Execução do Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB) do sistema de abastecimento de água nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos (R\$)				Responsável pela execução	Parcerias	
				Imediato	Curto	Médio	Longo			
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040			
Abastecimento de água	Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB)	01. Melhoria do sistema de abastecimento de água no Setor Sede e demais áreas urbanas.	1. Regular e ampliar a capacidade de produção					Prestadora de Serviço	Prefeitura e Governo do Estado	
			2. Ampliar a capacidade de reservação	3.308,80	4.032,60	1.654,40	-723,80	Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			3. Ampliar a rede de distribuição	17.687,04	4.912,44	8.843,52	-3.869,04	Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			4. Ampliar o número de ligações prediais	4.030,72	21.556,08	2.015,36	-881,72	Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			5. Adequar o sistema de tratamento de água					Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			6. Realizar estudo para avaliação das perdas existentes					Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			7. Realizar estudo para avaliação da eficiência do sistema de tratamento de água					Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			8. Realizar manutenção preventiva com frequência					Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			9. Ter agilidade no atendimento das solicitações de pedidos de manutenção corretiva					Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			10. Promover a utilização racional da água e da energia elétrica					Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			11. Combater à inadimplência					Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			12. Instalar macromedidores nos reservatórios					Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			Custo estimado do Projeto			25.026,56	30.501,12	12.513,28	-5.474,56	
			02. Desenvolvimento e melhoria nos sistemas de abastecimento de água	1. Utilizar sistemas simplificados de tratamento					Prefeitura e Prestadora de Serviço	Associações comunitárias



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB
Plano de Execução



	nos setores rurais e áreas especiais	2. Usar sistema de desinfecção para água proveniente de poços						Prestadora de Serviço	Prefeitura
		3. Promover manutenção e limpeza de cisternas e reservatórios						Prefeitura e Prestadora de Serviço	Associações comunitárias
		4. Perfurar novos poços, caso necessário						Prefeitura e Prestadora de Serviço	Governo do Estado
		5. Implantar as redes de distribuição da zona rural e/ou áreas especiais						Prefeitura e Prestadora de Serviço	Associações comunitárias
		6. Implantar e melhorar os sistemas de reservação em pontos estratégicos da zona rural e/ou áreas especiais	280.892,30	463.345,18	493.413,14	401.164,18		Prefeitura e Prestadora de Serviço	Associações comunitárias
		7. Planejar o monitoramento da qualidade da água, realizando a frequente análise de água						Prefeitura e Prestadora de Serviço	Sociedade Civil
		8. Instalar macromedidores nos reservatórios						Prefeitura	Associações comunitárias
		9. Solicitar ao Exército a ampliação do cadastramento de abastecimento de cisternas através dos carros-pipa						Prefeitura	Associações comunitárias
		Custo estimado do Projeto		280.892,30	463.345,18	493.413,14	401.164,18		
Custo estimado do Programa		305.918,86	493.846,30	505.926,42	395.689,62				

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.

Tabela 2.6 – Plano de Execução do Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ) do sistema de abastecimento de água nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Abastecimento de água	Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ)	01. Melhoria e Proteção sanitária dos mananciais de abastecimento de água	1. Implantar programa de proteção dos poços e cisternas e da Lagoa do Bonfim;					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			2. Realizar a limpeza da Lagoa do Bonfim e dos poços e cisternas com periodicidade anual					Prefeitura	Governos Federal e Estadual
			3. Implantar sistemas de proteção sanitária dos poços e cisternas					Prefeitura	Governos Federal e Estadual
			4. Implantar programa de desinfecção dos poços e cisternas					Prefeitura	Governos Federal e Estadual
			5. Realizar cadastramento e caracterização da qualidade da água dos poços					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			Custo estimado do Projeto						
		02. Monitoramento da qualidade da água por meio de indicadores sentinela	1. Criar uma equipe de vigilância ambiental					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			2. Elaborar um Plano de Amostragem para análise de água, conforme Portaria de Consolidação nº 5/2017 do Ministério da Saúde					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			3. Aquisição de pHmêtro, turbidímetro e medidor de cloro portátil					Prefeitura	Governos Federal e Estadual
			4. Controlar e acompanhar as análises de água, e quando houver resultados alterados, uma equipe a disposição para providenciar medidas corretivas e/ou fazer o tratamento da água					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			5. Divulgar periodicamente os resultados do monitoramento da qualidade da água distribuída (zona urbana e rural)					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			Custo estimado do Projeto						
		03. Hidrometração e redução de perdas	1. Instalar ou substituir macromedidores na saída das captações e reservatório					Prestadora de Serviço	Prefeitura



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB
Plano de Execução



		2. Instalar/Substituir/Aferir hidrômetros					Prestadora de Serviço	Prefeitura
		3. Realizar monitoramento da pressão na rede de distribuição					Prestadora de Serviço	Prefeitura
		4. Realizar monitoramento da rede de abastecimento para identificar perdas físicas de água e ligações clandestinas.					Prestadora de Serviço	Prefeitura
		5. Implantar programa de redução de consumo através de incentivos ao aproveitamento de águas de chuvas para fins não potáveis.					Prefeitura	Governos Federal e Estadual
		6. Implantar programa para incentivo ao uso de peças de consumo com regulador de fluxo.					Prestadora de Serviço	Prefeitura
		Custo estimado do Projeto						
		Custo estimado do Programa						

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.



Tabela 2.7 – Plano de Execução do Programa Organizacional Gerencial (POG) do sistema de abastecimento de água nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Abastecimento de água	Programa Organizacional e Gerencial (POG)	01. Plano de Segurança da Água	1. Elaborar o Plano de Segurança de Água (PSA)					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			2. Implantar as ações previstas no PSA					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			Custo estimado do Projeto						
			Custo estimado do Programa						

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.

Tabela 2.8 – Plano de Execução do Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB) do sistema de esgotamento sanitário nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Esgotamento Sanitário	Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB)	01. Implantação do sistema de esgotamento sanitário da zona urbana	1. Realizar estudo para avaliação da infraestrutura existente					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			2. Implantação das ligações domiciliares de esgoto	11.310,08	13.784,16	5.655,04	-2.474,08	Prestadora de Serviço	Prefeitura
			3 Ampliação da rede do sistema de esgotamento sanitário no setor sede;	48.669,44	59.315,88	24.334,72	-	Prestadora de Serviço	Prefeitura
			4.Manutenção das partes constituintes do sistema					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			5. Manutenção da ETE;	5.534,72	6.745,44	2.767,36	-1.210,72	Prestadora de Serviço	Prefeitura
			6. Combate às ligações de esgoto em elementos de drenagem, bem como outras ligações irregulares;					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			7. Sensibilização da população acerca dos transtornos causados pela implantação de ligações clandestinas;						
			8. Estudo de Autodepuração do Rio Jundiá para receber o lançamento dos efluentes;					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			9. Sensibilização da população quanto aos problemas ao meio ambiente devido a fossas rudimentares e apresentar a maneira correta de instalação de fossas sépticas.					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			Custo estimado do Projeto	65.514,24	79.845,48	32.757,12	-	14.331,24	
		02. Desenvolvimento de sistemas coletivos e/ou individuais de esgotamento							
		1. Realizar estudo de viabilidade técnica e análise de alternativas de coleta e tratamento de esgotos					Prefeitura	Governos Federal e Estadual	
2. Realizar estudo de viabilidade técnica e econômica de alternativas de reuso de esgotos tratados na agricultura					Prefeitura	Governos Federal e Estadual			



	sanitário dos setores rurais e áreas especiais	3. Coibir a construção de fossas negras e rudimentares nas localidades dos distritos e comunidades rurais e áreas especiais						Prefeitura	Associações Comunitárias	
		4. Identificar e cadastrar os domicílios em situação precária de esgotamento sanitário						Prefeitura	Associações Comunitárias	
		5. Substituir as fossas negras ou rudimentares por fossas sépticas e sumidouros para minimizar os impactos ambientais						Prefeitura	Associações Comunitárias	
		6. Implantar sistemas individuais como fossa, filtro, sumidouro, fossa de bananeira e digestores de lodo						Prefeitura	Associações Comunitárias e Órgãos Governamentais	
		7. Inibir operações irregulares de limpeza de fossa, fiscalizando e exigindo a regularização daquelas em atividade						Prefeitura	Associações Comunitárias e Órgãos Governamentais	
		8. Estimular a população rural a construir nas novas edificações somente fossas que tenham tratamento com disposição individual						Prefeitura	Associações Comunitárias	
		Custo estimado do Projeto								
		Custo estimado do Programa		65.514,24	79.845,48	32.757,12	-	14.331,24		

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020

Tabela 2.9 – Plano de Execução do Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ) do sistema de esgotamento sanitário nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		



				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040			
Esgotamento Sanitário	Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ)	01. Monitoramento da qualidade dos efluentes e uso racional da água	1. Monitorar o efluente da ETE e qualidade da água do corpo receptor com a finalidade de atendimento a legislação específica					Prestadora de Serviço	Prefeitura	
			2. Criar programas que incentivem a utilização de efluentes na agricultura					Prefeitura	Órgãos Governamentais	
			3. Realizar programas permanentes de educação sanitária e ambiental, bem como de saúde pública					Prefeitura	Prestadora de Serviço	
			4. Criar Lei que condicione a população a construir sistema individual adequado					Câmara Municipal	Prefeitura	
			5. Fazer mobilizações sociais apresentando para a população a importância de um sistema de esgotamento adequado e mostrar os problemas daqueles inadequados					Prefeitura	Prestadora de Serviço	
			Custo estimado do Projeto							
		02. Utilização racional de energia	1. Implantar do plano de redução de energia elétrica nas estruturas do SES						Prestadora de Serviço	Prefeitura
			2. Automatizar o sistema de esgotamento sanitário - SES						Prestadora de Serviço	Prefeitura
			3. Realizar manutenção periódica das bombas e equipamentos						Prestadora de Serviço	Prefeitura
			4. Qualificar os operadores do SES						Prestadora de Serviço	Prefeitura
			5. Verificar e melhorar as eficiências dos equipamentos eletromecânicos						Prestadora de Serviço	Prefeitura
			6. Realizar o monitoramento do consumo de energia elétrica						Prestadora de Serviço	Prefeitura
			Custo estimado do Projeto							
		03. Melhorias operacionais do sistema de esgotamento sanitário	1. Fiscalizar e acompanhar a execução das obras de esgotamento sanitário na sede e demais áreas urbanas;						Prefeitura	Sociedade Civil
			2. Desenvolver setor de gestão e gerenciamento do Sistema de Esgotamento Sanitário;						Prefeitura	Prestadora de Serviço
			3. Realizar oficinas periódicas para os funcionários do sistema de esgotamento sanitário;						Prestadora de Serviço	Prefeitura



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB Plano de Execução



			4. Elaborar um manual de operação e manutenção sistemática do SES.					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			5. Realizar de manutenção periódica das bombas e equipamentos					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			6. Qualificar os operadores do SES					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			7. Verificar e melhorar as eficiências dos equipamentos eletromecânicos					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			8. Realizar o monitoramento do consumo de energia elétrica					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			Custo estimado do Projeto						
			Custo estimado do Programa						

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.

Tabela 2.10 – Plano de Execução do Programa Organizacional Gerencial (POG) do sistema de esgotamento sanitário nas zonas urbana e rural, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Esgotamento Sanitário	Programa Organizacional e Gerencial (POG)	01. Avaliação sistemática das ações propostas	1. Criar uma comissão técnica para acompanhar e avaliar o andamento dos trabalhos, planejando e dividindo as etapas e metas semestrais e anuais					Prefeitura	Sociedade Civil
			2. Definir critérios de referência para avaliação das atividades					Prefeitura	Sociedade Civil
			3. Criar Comissão para alimentar e acompanhar o sistema de informações municipal quanto os serviços, de forma a garantir a transparência das ações, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento					Prefeitura	Sociedade Civil
			4. Cadastrar em um banco de dados a rede coletora em sistema georreferenciado					Prestadora de Serviço	Prefeitura
			Custo estimado do Projeto						
			Custo estimado do Programa						

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.

Tabela 2.11 – Plano de Execução do Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB) do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais nas zonas urbana e rural, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Drenagem urbana e manejo de águas pluviais	Programa de Acessibilidade e ao Saneamento Básico (PASB)	01. Implantação/Adequação do Sistema de Drenagem Superficial das Zonas Urbana e Rural e Áreas Especiais	1. Elaborar um plano de pavimentação e drenagem pluvial das zonas urbana, rural e áreas especiais;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			2. Eleger as áreas prioritárias para implantação do sistema;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			3. Estabelecer cronograma físico e financeiro de implantação, obedecendo às metas do PMSB;					Prefeitura	Prestadoras de Serviço e Sociedade Civil
			4. Pavimentar as ruas que ainda não foram pavimentadas;					Prefeitura	Prestadoras de Serviço e Sociedade Civil
			5. Implantar o sistema de drenagem (micro e macrodrenagem) segundo o cronograma estabelecido, promovendo o adequado escoamento das águas pluviais					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			6. Elaborar programa de manutenção preventiva e corretiva de drenagem;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			7. Elaborar estudo de áreas com necessidade de implantação de passagem molhada e/ou contenção de áreas de encostas na zona rural e áreas especiais;					Prefeitura	Associações Comunitárias
			8. Implantar e recuperar passagens molhadas e/ou contenção de áreas de encostas na zona rural e áreas especiais;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			9. Elaborar programa de manutenção preventiva da infraestrutura das passagens molhadas e contenções de áreas de encosta.					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			Custo estimado do Projeto						
Custo estimado do Programa									

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020

Tabela 2.12 – Plano de Execução do Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ) do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais nas zonas urbana e rural, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Drenagem urbana e manejo de águas pluviais	Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ)	01. Projeto do Sistema de Drenagem da Zona Urbana	1. Realizar levantamento topográfico da zona urbana					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			2. Realizar estudo hidrológico					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			3. Identificar zonas críticas com problemas provocados por alagamentos ou devido ao escoamento superficial					Prefeitura	Sociedade Civil
			4. Contratar profissionais habilitados para elaboração de projeto de drenagem e estudos pertinentes					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			5. Estudar a eficiência do sistema existente e ampliação da rede de drenagem urbana, seguindo projeto e perspectivas de crescimento da cidade					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			6. Combater ligações clandestinas de esgoto					Prefeitura	Sociedade Civil
			7. Capacitar gestores, técnicos e da população					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			8. Criar um plano de integração dos setores de água, esgoto, resíduos e drenagem para promover a drenagem urbana sustentável					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			Custo estimado do Projeto						
Custo estimado do Programa									

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.

Tabela 2.13 – Plano de Execução do Programa Organizacional Gerencial (POG) do sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais nas zonas urbana e rural, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Drenagem urbana e manejo de águas pluviais	Programa Organizacional e Gerencial (POG)	01. Elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana	1. Criação de comissão para o desenvolvimento do plano diretor					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			2. Criação do plano diretor de drenagem integrado com o planejamento e crescimento urbano do município, prevendo projetos de arruamento e drenagem para os novos conjuntos habitacionais ou área de expansão municipal					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			3. Criação de um grupo de trabalho especializado, para o gerenciamento urbano e controle do processo de urbanização nas margens dos corpos hídricos					Prefeitura	Sociedade Civil
			4. Criação e implantação de sistema de monitoramento e alerta contra enchentes e desastres ambientais, como a alteração da qualidade da água de abastecimento e epidemias em decorrência de eventos chuvosos atípicos					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			5. Cadastro técnico georreferenciado da microdrenagem e macrodrenagem existente, bem como, identificação de pontos de alagamento e registro de eventos de inundações em área urbana					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			6. Criação de legislação específica para casos de estabelecimentos, serviços ou atividades que geram e armazenam substâncias tóxicas (usinas de reciclagem de produtos, serviços de abastecimento de veículos – troca de óleo e lavagem, ferro velho e hospitais) devendo estes prever estruturas de armazenamento desses produtos, com o objetivo de evitar o lançamento desses resíduos na rede de drenagem ou diretamente no solo evitando o contato direto com a água da chuva, de modo a evitar risco de contaminação dos mananciais superficiais ou subterrâneos					Câmara Municipal	Prefeitura
			Custo estimado do Projeto						
Custo estimado do Programa									

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.



Tabela 2.14 – Plano de Execução do Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB) do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Programa de Acessibilidade ao Saneamento Básico (PASB)	01. Ampliação da infraestrutura de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos da zona rural e áreas especiais	1. Universalizar a coleta					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			2. Disponibilizar bombonas identificadas para resíduos orgânicos e recicláveis (capacidade de 200L com tampa removível) em locais estratégicos para promover a coleta e armazenamento temporário dos resíduos nos aglomerados mais distantes e de difícil acesso					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			3. Disponibilizar caminhão de coleta para recolhimento de resíduos orgânicos e recicláveis, no mínimo, uma vez por semana					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			4. Depreciação e aquisição de um veículo a cada 05 anos (pós-depreciação)					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			5. Realizar treinamento e capacitação continuada dos funcionários do serviço de limpeza pública;					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			6. Realizar compra e manutenção dos EPIs;					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			7. Padronizar as rotas de coleta de resíduos;					Prefeitura	Prestadora de Serviço
			8. Implantar a cobrança pelos serviços de coleta de resíduos.					Prefeitura	Câmara Municipal
			Custo estimado do Projeto						
Custo estimado do Programa									

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020

Tabela 2.15 – Plano de Execução do Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ) do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Programa de Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços (PMOQ)	01. Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos gerados	1. Dar início à construção do Aterro Sanitário do Trairí;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			2. Eliminar o atual lixão de São Bento do Trairí;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			3. Elaborar um Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD) para a área do lixão					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			4. Realizar a recuperação e monitoramento ambiental da área degradada					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			Custo estimado do Projeto						
		02. Implantação da coleta seletiva	1. Educação sanitária e ambiental continuada;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			2. Incentivar a criação de Associação de Catadores, de modo a ordenar a atividade realizada por catadores individuais;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			3. Campanha de coleta seletiva solidária, para que os municípios separem e deem seus resíduos;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			4. Destinar corretamente os diferentes tipos de resíduos;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			5. Adquirir veículo compatível para coleta de materiais recicláveis;					Prefeitura	Associações Comunitárias
			6. Definir e equipar PEV e ecopontos para os diversos tipos de resíduos;					Prefeitura	Associações Comunitárias
			7. Definir locais estratégicos para o recebimento e armazenamento do óleo de cozinha utilizado;					Prefeitura	Associações Comunitárias
			8. Promover campanha de conscientização da população para reciclagem desse material e divulgar os locais de coletas;					Prefeitura	Associações Comunitárias
			9. Incentivar bares, restaurantes, escolas, pousadas, padarias, lanchonetes e outros estabelecimentos geradores de quantidades consideráveis à adesão ao programa, inclusive com o fornecimento de vasilhames apropriados para coleta e armazenamento provisório;					Prefeitura	Associações Comunitárias



		10. Incentivar os equipamentos sociais, para que se tornem um ecoponto, onde os demais habitantes também possam disponibilizar seus óleos para reutilização;					Prefeitura	Sociedade Civil e Cooperativas
		11. Cadastrar e estabelecer parcerias com a Associação ou cooperativas de que utilizem esse material para retirada ou entrega do produto coletado					Prefeitura	Associações Comunitárias
		Custo estimado do Projeto						
	03. Prestação de serviços de coleta de materiais recicláveis e reutilizáveis	1. Elaborar um Termo de Referência para contratação da associação					Prefeitura	Câmara Municipal
		2. Definir a logística da coleta					Cooperativas	Prefeitura e Sociedade Civil
		3. Destinar veículo adquirido para a coleta de material reciclável					Prefeitura	Cooperativas
		Custo estimado do Projeto						
	04. Triagem dos resíduos da coleta seletiva e unidade de compostagem para resíduos orgânicos	1. Construir um galpão para triagem dos resíduos					Prefeitura	Órgãos Governamentais
		2. Adquirir equipamentos necessários para o funcionamento do galpão					Prefeitura	Órgãos Governamentais
		3. Realizar pesquisa mercadológica de área ou de terrenos públicos para implantação e implementação de uma usina de compostagem					Prefeitura	Órgãos Governamentais
		Custo estimado do Projeto						
	05. Logística reversa	1. Fazer levantamento dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes locais dos produtos que tenham obrigatoriedade na implantação do sistema de logística reversa					Prefeitura	Órgãos Governamentais
		2. Enviar convite para reunião e planejamento de ações de continuidade					Prefeitura	Sociedade Civil
		3. Realizar reunião deliberativa com responsáveis da Prefeitura Municipal					Sociedade Civil	Prefeitura
		4. Determinar quais são as empresas que vendem e que conseguem recolher/receber e devolver o produto para os responsáveis finais					Prefeitura	Órgãos Governamentais
		5. Estabelecer plano de ação para dar continuidade às ações					Prefeitura	Prestadora de Serviço
		6. Elaborar lei específica para Logística reversa e encaminhar a câmara dos vereadores para aprovação					Câmara Municipal	Prefeitura
		7. Montar mecanismos para que os consumidores façam a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se refere o Art. 33 da Lei 12.305/2010					Prefeitura	Prestadora de Serviço



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB
Plano de Execução



		8. Fiscalizar os sistemas de logística reversa proposto pelas responsáveis de acordo com a legislação específica vigente						Prefeitura	Sociedade Civil
		9. Sensibilizar a população rural da zona rural sobre os produtos passíveis de logística reversa (embalagens de agrotóxicos e de vacinação animal)						Prefeitura	Sociedade Civil
		Custo estimado do Projeto							
	06. Tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos não domiciliares	1. Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos						Prefeitura	Órgãos Governamentais
		2. Celebrar ou renovar contrato para os resíduos sólidos oriundos dos serviços de saúde municipal						Prefeitura	Órgãos Governamentais
		3. Implantar a coleta e destinação adequada dos resíduos da construção civil						Prefeitura	Órgãos Governamentais
		4. Implantar a coleta e destinação adequada dos resíduos de poda e capina						Prefeitura	Órgãos Governamentais
		Custo estimado do Projeto							
		Custo estimado do Programa							

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.

Tabela 2.16 – Plano de Execução do Programa Organizacional Gerencial (POG) do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nas zonas urbana, rural e áreas especiais, e seus respectivos projetos e ações, metas e prioridades.

Item	Programa	Projetos	Ações	Prazo / Quantificação das Metas e Estimativa de Custos				Responsável pela execução	Parcerias
				Imediato	Curto	Médio	Longo		
				2021 a 2023	2024 a 2028	2029 a 2032	2033 a 2040		
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Programa Organizacional e Gerencial (POG)	01. Monitoramento do sistema de limpeza pública	1. Adotar lista de checagem para os diversos serviços de limpeza em consonância com os dados exigidos pelo sistema nacional e estadual de informações sanitárias;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			2. Formar uma equipe de fiscalização para levantamento e acompanhamento de dados;					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			3. Elaborar sistema digital para acompanhamento da execução dos serviços.					Prefeitura	Órgãos Governamentais
			Custo estimado do Projeto						
		Custo estimado do Programa							

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.



2.4 PLANO DE EMERGÊNCIA E CONTIGÊNCIA

Para garantir o funcionamento adequado dos serviços de saneamento básico no Município de São Bento do Trairí, é necessário prever medidas e procedimentos a serem realizados em casos de ocorrência de anormalidades ou situações críticas, as quais visem minimizar ou eliminar os riscos incidentes sobre os usuários dos serviços, em conformidade com a Lei n. 11.445/2007, que estabelece como princípios fundamentais para a prestação dos serviços a segurança, a qualidade e a regularidade.

Deste modo, a partir da identificação prévia, realizada no Produto D – Prospectiva e Planejamento Estratégico, quanto aos possíveis eventos de emergência e contingência, foi propiciada a elaboração deste Plano de Emergência e Contingência, o qual constitui parte do conteúdo mínimo do PMSB, disposto no art. 19, Inc. IV, da Lei n. 11.445/2007.

No planejamento contingencial tem-se o objetivo de descrever as medidas a serem tomadas pela gestão pública e prestadores de serviços, para fazer com que os processos vitais a operação dos sistemas volte a funcionar plenamente, ou num estado minimamente aceitável, no menor intervalo de tempo, combatendo, portanto, paralisações prolongadas que possam gerar maiores prejuízos à comunidade local.

No que se refere à constituição de um plano de emergência, tem-se o objetivo de diminuir a probabilidade de ocorrência de acidentes e limitar as suas consequências, caso ocorram, a fim de evitar a perda de vidas humanas ou bens, o aumento da capacidade de resposta do estabelecimento ou mesmo para prevenir traumas resultantes de uma situação de emergência. Para tanto, deve-se considerar um conjunto de medidas de autoproteção abrangentes do ciclo, juntamente com a Defesa Civil incluindo a prevenção, o planejamento, a atuação em caso de emergência e a volta da normalidade da prestação dos serviços.

Por conseguinte, o Plano de Emergência e Contingência aqui apresentado prevê diretrizes gerais para que todos os órgãos ou entidades envolvidas na prestação dos serviços de saneamento básico do Município de São Bento do Trairí atuem em tempo hábil quando da ocorrência de eventos que se enquadrem nessas caracterizações. Para cumprir esse papel, é necessário se antecipar e buscar prever as situações de anormalidade nos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e drenagem urbana, para que a partir desta identificação estabelecer as ações mitigadoras e de correção a serem operacionalizadas, garantindo funcionalidade e condições operacionais aos serviços mesmo que temporariamente em caráter precário.



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB Plano de Execução



Com isso, foram definidos não só os cenários de emergências e contingência, mas também as ações e procedimentos a serem operacionalizados na ocasião de sua ocorrência, identificando os atores envolvidos no processo. Deste modo, esta tarefa deverá ser articulada pela administração municipal juntamente com os diversos órgãos envolvidos e que de forma direta ou indireta participem das ações.

Tabela 2.17 – Principais eventos que possam desencadear situações de emergência e contingência para o sistema de abastecimento de água.

Evento	Origem Possível	Ações para Emergência e Contingência	Atores Envolvidos		
			Prefeitura Municipal	Prestador de Serviços	Outros
Interrupção do fornecimento de água	1. Colapso do sistema devido à estiagem prolongada; 2. Colapso do sistema devido a consumo excedente à demanda média diária em função de eventos temporários; 3. Precipitações intensas 4. Enchentes 5. Incêndio 6. Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água; 7. Qualidade inadequada da água dos mananciais; 8. Rompimento de redes e linhas de adutoras de água tratada; 9. Equipamento eletromecânico/estrutura danificada; 10. Greve 11. Sabotagem 12. Acidente ambiental 13. Depredação	Registro do evento;	X		Sociedade Civil
		Diagnóstico do problema e reparo de estruturas danificadas;	X	X	
		Implantação de abastecimento emergencial;	X	X	
		Comunicação às autoridades e população;	X	X	
		Controle de água disponível nos reservatórios;			IGARN
		Implementação de rodízio de abastecimento ou abastecimento emergencial.		X	
Acidente na operação e manutenção do sistema	1. Vazamento de produtos químicos nas instalações do sistema 2. Acidente de trabalho na operação e manutenção do sistema	Assistência aos trabalhadores acidentados		X	
		Registro do evento		X	
		Diagnóstico do problema e reparo de estruturas danificadas		X	
		Comunicação às autoridades e população		X	
		Implementação de rodízio de abastecimento ou abastecimento emergencial	X	X	

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.

Tabela 2.18 – Principais eventos que possam desencadear situações de emergência e contingência para o sistema de esgotamento sanitário e suas respectivas ações.

Evento	Origem Possível	Ações para Emergência e Contingência	Atores Envolvidos		
			Prefeitura Municipal	Prestador de Serviços	Outros
Interrupção ou colapso na operação da ETE	1. Colapso do sistema devido a produção de esgoto excedente à demanda média diária em função de eventos temporários; 2. Colapso do sistema devido a produção de esgoto excedente à demanda média diária em função de precipitações intensas e lançamento indevido de águas pluviais na rede de esgotamento sanitário; 3. Incêndio 4. Interrupção no fornecimento de energia elétrica; 5. Qualidade inadequada do esgoto, por ocasião de lançamento de efluente na rede, de origem não doméstica; 6. Rompimento de redes; 7. Equipamento eletromecânico/estrutura danificada; 8. Greve 9. Sabotagem 10. Acidente ambiental 11. Depredação	Registro do evento		X	Sociedade Civil
		Comunicação às autoridades e órgãos de controle ambiental e reguladores	X	X	
		Acionar gerador alternativo de energia		X	
		Instalar tanque de acúmulo de esgoto extravasado com o objetivo de evitar contaminação do solo e da água		X	
		Instalação de equipamentos reserva		X	
		Reparo das instalações danificadas		X	
Extravasamento de esgotos em estações elevatórias	1. Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento; 2. Danificação de equipamentos eletromecânicos/estruturas; 3. Ações de vandalismo; 4. Acúmulo de material particulado nos pré-tratamento; 5. Precipitação intensa	Registro do evento		X	Sociedade Civil
		Comunicação às autoridades e órgãos de controle ambiental e reguladores	X	X	
		Reparo das instalações danificadas		X	
		Instalar tanque de acúmulo de esgoto extravasado com o objetivo de evitar contaminação do solo e da água		X	
		Instalação de equipamentos reserva		X	



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB
Plano de Execução



Evento	Origem Possível	Ações para Emergência e Contingência	Atores Envolvidos		
			Prefeitura Municipal	Prestador de Serviços	Outros
Rompimento de linhas de recalque, coletores tronco, interceptores e emissários	1.Desmoronamentos de taludes/paredes de canais; 2. Erosões de fundo de vale; 3. Rompimento de travessias.	Registro do evento	X	X	Sociedade Civil
		Comunicação às autoridades e órgãos de controle ambiental e reguladores	X	X	
		Sinalizar e isolar área a fim de evitar acidentes	X	X	
		Reparo das instalações danificadas		X	
Ocorrência de retorno de esgotos em imóveis	1. Lançamento de águas pluviais em redes de coleta de esgoto; 2. Obstruções em coletores de esgoto.	Registro do evento	X	X	Sociedade Civil
		Comunicação às autoridades, órgãos de controle ambiental e reguladores e vigilância sanitária	X	X	
		Isolar trecho danificado do restante da rede com o objetivo de manter o atendimento nas áreas não afetadas	X	X	
		Limpeza e desobstrução dos locais	X	X	
		Ampliar fiscalização e o monitoramento das redes de drenagem e de esgoto, identificando irregularidades	X	X	
Acidente na operação e manutenção do sistema	1. Vazamento de produtos químicos nas instalações do sistema 2. Acidente de trabalho na operação e manutenção do sistema	Assistência aos trabalhadores acidentados		X	
		Registro do evento		X	Sociedade Civil
		Diagnóstico do problema e reparo de estruturas danificadas		X	
		Comunicação às autoridades e população		X	
		Reparo das instalações danificadas		X	

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020

Tabela 2.19 – Principais eventos que possam desencadear situações de emergência e contingência para o sistema de drenagem de águas pluviais.

Evento	Origem Possível	Ações para Emergência e Contingência	Atores Envolvidos		
			Prefeitura Municipal	Prestador de Serviços	Outros
Alagamentos localizados	1. Boca de lobo e ramal assoreado e/ou entupido; 2. Deficiência de escoamento da água pluvial na boca de lobo; 3. Inexistência ou ineficiência de rede de drenagem urbana; 4. Assoreamento do córrego; 5. Ações de vandalismo.	Registro do evento	X	X	Sociedade Civil
		Estudo e verificação do sistema de drenagem existente para correção do problema	X	X	
		Limpeza e desassoreamento do córrego com a utilização de equipamentos mecanizados	X	X	
		Comunicação às autoridades e reparo de estruturas/equipamentos	X	X	
		Sensibilização da comunidade através de iniciativas de educação ambiental sobre os riscos de disposição inadequada dos resíduos sólidos	X	X	
Eventos de processos erosivos	1. Inexistência ou ineficiência de rede de drenagem urbana; 2. Inexistência ou ineficiência de dissipadores de energia; 3. Inexistência de APP/áreas protegidas.	Registro do evento	X	X	Sociedade Civil
		Comunicação às autoridades	X	X	
		Realização de estudos hidrológicos e hidráulicos para medidas de controle e contenção de inundações	X	X	Órgãos Governamentais
		Medidas para proteger a população atingida	X	X	
Eventos de mau cheiro na rede pluvial e entupimentos	1. Interligações irregulares de esgoto nas galerias pluviais; 2. Resíduos lançados nas bocas de lobo; 3. Ineficiência da limpeza das bocas de lobo.	Registro do evento	X	X	Sociedade Civil
		Sensibilização da comunidade através de iniciativas de educação ambiental	X	X	



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB Plano de Execução



Evento	Origem Possível	Ações para Emergência e Contingência	Atores Envolvidos		
			Prefeitura Municipal	Prestador de Serviços	Outros
		Limpeza da rede e da boca de lobo	X	X	
		Ampliar fiscalização e o monitoramento das redes de drenagem e de esgoto, identificando irregularidades	X	X	Sociedade Civil
		Comunicação ao órgão responsável pela coleta de esgoto para detecção do ponto de lançamento e regularização da situação	X	X	Sociedade Civil
		Registro do evento	X	X	Sociedade Civil
		Estudos de mobilidade urbana para verificação dos traçados existentes	X		
		Implantação das obras de infraestrutura necessária, como pontes, viadutos, passagens, etc.	X		
Eventos extremos	1. Destruição de moradias por inundações/alagamentos; 2. População desabrigada.				

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.

Tabela 2.20 – Principais eventos que possam desencadear situações de emergência e contingência para o sistema de Limpeza Pública e Manejo dos Resíduos Sólidos.

Evento	Origem Possível	Ações para Emergência e Contingência	Atores Envolvidos		
			Prefeitura Municipal	Prestador de Serviços	Outros
Paralisação do serviço de varrição pública ou de Capina	1. Greve da empresa responsável pelo serviço ou de funcionários/servidores; 2. Veículos com defeitos; 3. Ausência de instrumentos de trabalho.	Registro do evento	X	X	Sociedade Civil
		Comunicação às autoridades e à população para que ciente colabore em manter a cidade limpa	X	X	Sociedade Civil
		Contratação de empresa especializada em caráter de emergência	X		
		Atendimento à população com veículos/meios alternativos (ex. trator, carroça) e troca imediata da frota afetada	X		
		Sensibilização da comunidade através de iniciativas de educação ambiental e sanitária, evitando a disposição inadequada de resíduos sólidos	X	X	Sociedade Civil
		Substituir os veículos danificados pelos veículos reserva	X	X	
		Providenciar o reparo imediato dos veículos	X	X	
Paralisação do sistema de coleta domiciliar, de construção civil, de serviço de saúde ou seletiva.	1. Greve geral da empresa responsável pela coleta; 2. Avaria ou Falha mecânica nos veículos de coleta.	Comunicação as autoridades	X	X	Sociedade Civil
		Contratar empresa especializada em caráter de emergência	X		
		Manter os resíduos acondicionados de forma adequada até que a situação normalize	X	X	Sociedade Civil
		Exigir da empresa que presta o serviço terceirizado agilidade no reparo de veículos e/ou equipamentos avariados	X		Sociedade Civil
Paralisação da operação do aterro sanitário	1. Greve geral;	Contratar empresa especializada em caráter de emergência	X		



Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB Plano de Execução



Evento	Origem Possível	Ações para Emergência e Contingência	Atores Envolvidos		
			Prefeitura Municipal	Prestador de Serviços	Outros
	2. Interdição ou embargo por algum órgão fiscalizador; 3. Esgotamento da área de disposição; 4. Encerramento/fechamento do aterro.	Solicitar à empresa prestadora do serviço que substitua o veículo avariado por veículo reserva	X		Sociedade Civil
		Exigir da empresa que presta o serviço terceirizado agilidade no reparo de veículos e/ou equipamentos avariados	X		Sociedade Civil
		Manter os resíduos acondicionados de forma adequada até que a situação normalize	X	X	Sociedade Civil
Obstrução do sistema viário	1. Acidentes de trânsito; 2. Protestos e manifestações populares; 3. Obras de infraestrutura.	Estudo de rotas alternativas para o fluxo dos resíduos	X		
		Atendimento posterior a área com frota alternativa, condizente com a situação		X	

Fonte: Comitê executivo do PMSB de São Bento do Trairí, 2020.



REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, DF. 2007.

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Nota Técnica SNSA Nº 492/2010_Resumo_01/2011. Referência de Custos – Primeiros Resultados do PAC. Brasília, DF. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. *PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico*. Brasília, DF. 2013.